



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

29/03/2016



INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	2
2.2. DESEMBARGADOR.....	3
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DESEMBARGADOR.....	4
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. VARA CRIMINAL.....	5 - 7
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. COMARCAS.....	8
5.2. DESEMBARGADOR.....	9 - 10
5.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	11
5.4. JUÍZES.....	12
5.5. VARA CRIMINAL.....	13

CONFLITOS

TJ multiplicará oficina do CNJ sobre processo de separação

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai multiplicar – por meio do Núcleo de Solução de Conflitos – oficina virtual do Conselho Nacional de Justiça sobre superação de dificuldades no processo de separação. Dois servidores do Judiciário maranhense foram capacitados pelo CNJ para cumprirem essa atribuição no Estado.

A oficina tem como tema central “Os efeitos da separação na vida dos pais e dos filhos”. O objetivo é ajudar as famílias a superarem as dificuldades nessa fase de mudança, para terem uma vida mais harmoniosa.

A oficina virtual está disponível em caráter permanente no site do CNJ, dentro da área destinada ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (www.cnj.jus.br/eadcnj). Para acessar não é preciso que o pai ou mãe seja indicado pelo Tribunal ou por algum outro órgão de Justiça e nem mesmo que o casal

tenha algum processo em tramitação na Justiça.

O conteúdo é livre. Basta o interessado preencher um formulário de inscrição disponível na página eletrônica do CNJ para obter o login e a senha de acesso. A oficina é um programa educacional e preventivo. Ela não se propõe a mediar conflitos ou realizar consultas.

O conteúdo está dividido em cinco módulos: A experiência da separação para os adultos; A experiência da separação para seu filho; Você, seu filho e seu par parental (Módulo I); Você, seu filho e seu par parental (Módulo II); e Alienação Parental e Escolhas.

A previsão é de que as oficinas sejam também ministradas pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum de São Luís, a partir dos resultados colhidos com o estágio do curso de Formação de Mediadores, realizado este mês.

Oficina virtual I

O Tribunal de Justiça do Maranhão vai multiplicar a oficina virtual do Conselho Nacional de Justiça sobre superação de dificuldades no processo de separação. O tema central é o seguinte: “Os efeitos da separação na vida dos pais e dos filhos”.

O objetivo é ajudar as famílias a superarem as dificuldades nessa fase de mudança, para terem uma vida mais harmoniosa.

A oficina virtual está disponível em caráter permanente no site do CNJ, dentro da área destinada ao Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Oficina virtual II

Para acessar, não é preciso que o pai ou mãe seja indicado pelo Tribunal ou por algum outro órgão de Justiça e nem mesmo que o casal tenha algum processo em tramitação na Justiça.

O conteúdo é livre. Basta preencher um formulário de inscrição disponível na página eletrônica do CNJ para obter o login e a senha de acesso. A oficina é um programa educacional e preventivo. Ela não se propõe a mediar conflitos ou realizar consultas.

Letras Jurídicas

A Academia Maranhense de Letras Jurídicas, fundada há exatos 30 anos, realizará nesta quarta-feira uma sessão especial para comemorar a data. Na programação, a palestra “Como nasceu a AMLJ”, a ser proferida pelo desembargador Lourival Serejo; o lançamento do livro “As canções de uma vida”, do juiz Manoel Aureliano Ferreira Neto; a diplomação do presidente da OAB/MA, Thiago Diaz, como membro benemérito da Academia; e a posse do advogado e diretor geral da Escola Superior de Advocacia – ESA, João Batista Ericeira, na cadeira de número 3, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM. patroneada por Diego de Campos Moreno.



Almada Lima visita O Imparcial

Em visita de cortesia, o desembargador aposentado Arthur Almada Lima Filho esteve com os diretores de **O Imparcial**, Pedro Freire (presidente) e Raimundo Borges (Relações Institucionais). Foi uma longa conversa de reminiscências, quando Almada Lima era diretor-assistente do jornal, e os dois jornalistas militando na redação como repórteres. Arthur é uma das figuras de história relevante no Maranhão. Parte de sua vida foi dedicada à Magistratura, quando foi cassado pelo regime de 64, reconquistada posteriormente; como dirigente de **O Imparcial**; reitor dos primeiros momentos da Universidade Estadual; e hoje como defensor da história, presidindo o Instituto Histórico e Geográfico de Caxias, sua terra natal.

Polícia faz reconstituição do assassinato de Pedro Ventura

Por determinação da justiça, não foi permitido que a imprensa fizesse imagens P8c1
O PROGRESSO



Realizada a reconstituição do assassinato de Pedro Ventura

Como estava previsto, aconteceu nesta segunda-feira (28) a reconstituição do assassinato do microempresário Pedro Brandão Ventura.

A reconstituição contou com as presenças do juiz Marco Antonio de Oliveira, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, o promotor público Carlos Augusto Ribeiro, o delegado que presidiu o inquérito, Carlos César Andrade, a advogada de defesa Helena Amorim, e peritos do Instituto de Criminalística (ICRIM), com apoio da Polícia Militar.

Os acusados do crime os irmãos Célia Cicera, Laércio e Daniel Ribeiro Teotônio, que participaram da reconstituição. A Polícia Civil levou um manequim, que representou a vítima, Pedro Brandão Ventura, e outro de uma criança, que representou o filho dele com Célia Cicera.

A reconstituição foi feita na casa onde ocorreu o crime, localizada na Rua Minas Gerais, 648, Três Poderes, entre as ruas Bom Jesus e Hermes da Fonseca.

Não foi permitido, por ordem do juiz Marco

Antonio de Oliveira, que fossem feitas imagens dos irmãos acusados do crime, que chegaram em duas viaturas da Secretaria de Justiça e da Administração Penitenciária (SEJAP), escoltados por Agentes Penitenciários. As duas viaturas foram colocadas na garagem da casa, e o portão fechado. A reconstituição foi feita sem a presença da imprensa e de familiares da vítima. Pessoas se aglomeraram em frente à casa e fizeram manifestação, pedindo justiça.

A reconstituição foi pedida pelo Ministério Público para esclarecer mais detalhes de como o crime aconteceu.

Na semana passada, ocorreu a primeira Audiência de Instrução e Julgamento, que será retomada na manhã dessa terça-feira, com a chamada 'audiência de continuidade'. Hoje serão ouvidas testemunhas de defesa dos acusados.

O microempresário Pedro Ventura desapareceu no dia 21 de agosto de 2015, e o corpo foi encontrado no dia 15 de janeiro em uma cova rasa, no assentamento Saramandaia, zona rural de Buritirana, distante 80 km de Imperatriz.

Fotos: O PROGRESSO



Juiz Marco Antonio Oliveira, com o diretor do IML, Alair Firmino e peritos do ICRIM



Acusados chegaram em duas viaturas da Sejap e suas imagens foram preservadas por determinação da justiça

- O juiz Rodrigo Otávio Terças Santos, titular da Comarca de Tutóia, informou que não haverá expediente no fórum nesta terça-feira (29). O motivo é o feriado pelo aniversário de emancipação do município.

- Amanhã, quarta-feira (30), a Academia Maranhense de Letras Jurídicas – AMLJ fará uma sessão especial para comemorar os 30 de sua fundação. Na ocasião, haverá ainda a realização da palestra “Como Nasceu a AMLJ”, que será proferida pelo Desembargador Lourival Serejo, o lançamento do livro “As canções de uma Vida”, do juiz Manoel Aureliano Ferreira Neto e Presidente da OAB/MA vai receber o diploma de membro benemérito da academia.

- Toda a programação acontecerá dia 30 de março, a partir das 19h, no auditório Advogado Hermann Assis Baeta, na sede da OAB/MA, no Bairro do Calhau. No mesmo local, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM, Euges Lima, dará posse ao advogado e diretor geral da Escola Superior de Advocacia – ESA, João Batista Ericeira, para ocupar a cadeira nº 03, patroneada por Diego de Campos Moreno.

Aniversários

Duas instituições comemoram nesta quarta-feira (30) seus aniversários. Na Associação Comercial, com palestra de Denise Campos de Toledo, serão comemorados 38 anos da Associação Maranhense de Supermercados (Amasp), e na OAB-MA, os 20 anos da Academia Maranhense de Letras Jurídicas serão festejados com palestra do desembargador Lourival Serejo e entrega do diploma de Sócio Benemérito ao presidente da Ordem, Thiago Diaz. Ambas estão marcadas para às 19h.

CEP pode ser usado para definir área de abrangência de juizado cível

O Código de Endereçamento Postal (CEP) pode ser utilizado para definir a área de abrangência de Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís, quando as normas em vigor não indicarem o bairro da parte processual. A medida, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), vale para moradores de São Luís. O Provimento nº 07/2016, editado pela Corregedoria, determina que, caso as disposições normativas do Tribunal de Justiça em vigor não sejam suficientes para definir a qual área de abrangência dos juizados especiais pertence determinada localidade, a solução decorrerá de consulta ao Código de Endereçamento Postal (CEP) que estiver no comprovante de endereço da parte.

“Com o surgimento de novos bairros na capital e a existência de dúvidas ou indefinições quanto à área de abrangência dos juizados

especiais entre juízes, servidores, advogados e jurisdicionados, resolvemos disciplinar essa matéria”, explica a corregedora Anildes Cruz, presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Maranhão. Quando a consulta ao CEP disponível no endereço eletrônico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) não for suficiente para acabar com a dúvida ou aponte bairro que não pertença à área de abrangência de qualquer juizado especial, a questão será resolvida pela Corregedoria.

Nesse caso, o juizado especial deve diligenciar à CGJ-MA, que expedirá provimento estabelecendo, provisoriamente, a qual área de abrangência pertence o bairro em questão. Se a Corregedoria estabelecer que determinado bairro pertence, provisoriamente, a duas ou mais áreas, a escolha do juizado cabe ao autor da ação. Quando o CEP for utilizado para resolver a pendência quanto à definição a qual área de abrangência pertence o endereço da parte, essa diligência deverá ser certificada nos autos, antes da publicação da sentença.

Plantão judiciário da semana no Fórum de São Luís

Os juízes José Gonçalo de Sousa Filho (3ª Vara Criminal) e Vanessa Clementino Sousa (2ª Vara de Paço do Lumiar) atuarão nos plantões criminal e cível, respectivamente, de hoje (28) até domingo (03 de abril), no Fórum Desembargador Sarney Costa. Durante o plantão são atendidos casos considerados de natureza urgente. Auxiliam os magistrados plantonistas desta semana os

secretários judiciais Raimundo dos Santos Oliveira Júnior (3ª Vara Criminal) e Ana Paula de Aguiar Almeida (2ª Vara de Paço de Lumiar). O contato com as equipes pode ser feito pelos telefones celulares (98) 98802-7484 (Criminal) e (98) 98811-2153 (Cível). De segunda a sexta-feira ocorre o plantão noturno (18h até 6h) e nos sábados, domingos e feriados, durante 24 horas.

Acusado de homicídio será julgado em Governador Eugênio Barros

A juíza Sheila Silva Cunha, titular de Governador Eugênio Barros, vai presidir um julgamento hoje (28), no plenário da Câmara de Vereadores da cidade, às 9h. Quem estará no banco dos réus será João Lázaro Bento dos Santos, acusado de crime de homicídio praticado contra Manoel Ribeiro da Silva.

Consta no inquérito policial que o crime ocorreu em março de 2009, no povoado denominado “Agricolândia”. A vítima estava no “Bar da Antônia” bebendo com um amigo, quando o acusado chegou e tomou uma dose de cachaça.

Logo em seguida, João Lázaro teria desferido um golpe de facão na região do tórax de Manoel, deixando a arma enfiada no corpo da vítima. Manoel Ribeiro ainda conseguiu tirar o facão do corpo, mas não resistiu. Não houve um motivo aparente para o cometimento do crime.

“Ressalte-se que o denunciado valeu-se do elemento surpresa para golpear a vítima, pois o golpe contra ela desferido fora totalmente inesperado, fato esse que impossibilitou qualquer possibilidade de reação ao ataque, tanto que o facão ficou enfiado na sua região torácica”, relata a denúncia. (ASCOM TJMA)